

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

*Há 40 anos preservando e divulgando
a memória histórica de Brasília*



BRASÍLIA - 2025





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

IBANEIS ROCHA

Governador

CELINA LEÃO

Vice-Governadora

GUSTAVO DO VALE ROCHA

Chefe da Casa Civil

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

ADALBERTO SCIGLIANO

Superintendente

ELIAS MANOEL DA SILVA

Coordenador de Arquivo Permanente

ELIZETE RIBEIRO ALVES ANJOS

Diretora de Tratamento e Preservação

THAÍS RABELO DE SOUSA

Diretora de Pesquisa, Difusão e Acesso

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Elias Manoel da Silva

Textos

Elias Manoel da Silva
Cecília Soares Mombelli

Pesquisa fotográfica e textual

Aline Mara Alves de Sousa Guimarães
Arthur Luiz Albino da Silva
Hélio Pereira de Alencar Júnior
Renato Vilar Nasr
Morine Mughabghab
Leda Luiza de Lima

Pesquisa bibliográfica

Jocélia Martins de Oliveira

Digitalização

Gustavo Silva Caixeta

Crédito das imagens: Acervo do ArPDF

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

SGO - Setor de Garagens Oficiais
Quadra 5 - Lote 23
70610-650 - Brasília - DF
Fone (61) 3361.7739 - 3361.1454
www.arquivopublico.df.gov.br

UMA HISTÓRIA... UMA MISSÃO...

Brasília nasceu sem um Arquivo Público. Somente 25 anos após a inauguração da capital federal, através de um longo e atribulado processo - que apresentamos neste livreto - no dia 14 de março de 1985, o governador José Ornellas assinou o Decreto de criação desta instituição arquivística.

Em toda a dinâmica para a criação do Arquivo Público do Distrito Federal, um nome se destacou: Walter Albuquerque Mello, o primeiro Superintendente. Foi sob sua liderança, como diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, órgão ligado à Secretaria de Educação e Cultura do DF, que o longo processo de gestação do Arquivo Público do Distrito Federal, que já vinha sendo debatido desde a década de 1970, teve sucesso.

Nestes 40 anos de história, onze superintendentes e dezenas de servidores deram o melhor de si para que o Arquivo Público do Distrito Federal se tornasse referência como instituição voltada para estabelecer os procedimentos e técnicas para as ações de recolhimento, organização, tratamento, descrição e divulgação dos documentos arquivísticos permanentes.

Nesse sentido, a celebração dos 40 do Arquivo Público do Distrito Federal torna-se um momento privilegiado para conscientizar a toda comunidade brasiliense do lugar onde deve habitar toda e qualquer documentação ligada à história da transferência da capital para o Planalto Central. Que todos possam ver esse espaço institucional como um lugar privilegiado, como a casa da memória da história dos candangos que construíram Brasília e de todos aqueles que escreveram e lutaram, nos mais diferentes campos de disputa, pela construção de uma nova capital federal no coração desse imenso país.

Adalberto Scigliano

Superintendente

Arquivo Público do Distrito Federal

PRIMÓRDIOS

No ano de 1970, dez anos após a inauguração de Brasília, iniciou-se o processo de criação do Arquivo Público do Distrito Federal.

Nesse ano, o Governo do Distrito Federal foi signatário do documento “Compromisso de Brasília”, fruto do “**1º ENCONTRO DOS GOVERNADORES DE ESTADO, SECRETÁRIOS ESTADUAIS DA ÁREA CULTURAL, PREFEITOS DE MUNICÍPIOS INTERESSADOS, PRESIDENTES E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS**”, realizado em Brasília de 1º a 3 de abril de 1970.

O “Encontro” foi promovido pelo Ministério da Educação e Cultura a fim de propor a adoção das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.

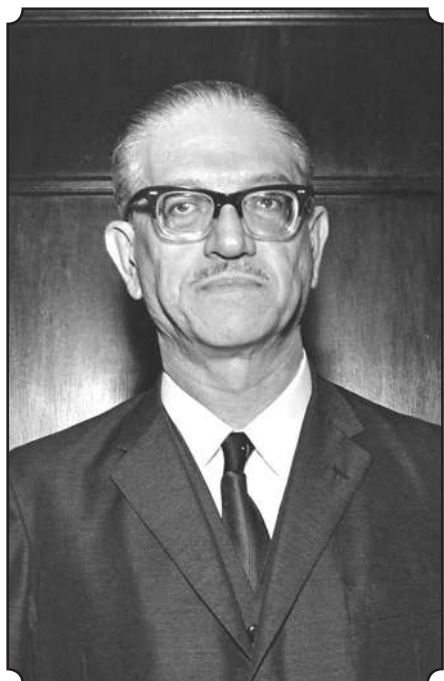


Entre as várias propostas, o documento final recomenda:

“defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição de documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente, para cujo efeito será apreciável a colaboração do Arquivo Nacional [...]”,

chamando a atenção para a responsabilidade de cada estado quanto à preservação dos registros históricos.





Alfredo Buzaid



Hélio Prates da Silveira

No ano de 1971, motivado pelas provocações do evento do ano anterior, o Ministro da Justiça, ALFREDO BUZOID, solicita ao Governador do Distrito Federal, HÉLIO PRATES DA SILVEIRA,

“o exame da possibilidade de providências administrativas de alcance para a preservação dos papéis públicos do Governo do Distrito Federal e para a cultura histórica desta capital, qual seja a criação do Arquivo Público do Distrito Federal”.

O Ministro ressaltava que Brasília era uma das poucas cidades que não possuía um Arquivo Histórico.

Em 1972, o **1º CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA**, em sintonia com o movimento de preservação da memória nacional que se ampliava em todo o país naquela década, propõe nas recomendações finais uma moção ao Governo do Distrito Federal para a criação do Arquivo Público do Distrito Federal:

“Que o Governo do Distrito Federal promovesse a instalação de seu Arquivo Público, integrando definitivamente a capital Brasileira no movimento de preservação da memória nacional”.

Em 1974, o processo aberto pelo Ministro ALFREDO BUZAID foi arquivado.



A dinâmica para a criação do Arquivo Público do Distrito Federal será reiniciada somente a partir de maio de 1974, quando o novo Ministro da Justiça, ARMANDO FALCÃO, reitera a solicitação feita pelo ministro antecessor.



Armando Falcão



Em 11 de junho de 1974, o Processo é desarquivado pela Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal, que o encaminha ao Gabinete Civil do Governador.

Em 16 de julho de 1974, o então Governador do Distrito Federal, ELMO SEREJO FARIAS, encaminha ofício ao Ministro da Justiça, ARMANDO FALCÃO, informando que a Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal já se encontrava coletando subsídios para dar continuidade ao processo de criação do Arquivo Público do Distrito Federal.

Elmo Serejo Farias



Somente em 1977, depois de três anos de análise do Processo, a Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal encaminhou suas conclusões ao Governador HELMO SEREJO FARIAS.

Afirmava que, regimentalmente, a matéria guardava afinidade com as competências da Secretaria de Educação e Cultura.

Reforçava seu ponto de vista ao informar que a Secretaria de Educação e Cultura vinha desenvolvendo o projeto “Raízes Históricas do Distrito Federal”, por meio do qual estava inventariando documentação sobre a história da construção da nova capital.

Concluía que os estudos, para a criação de um Arquivo Público no Distrito Federal, deveriam ser levados à frente pela Secretaria de Educação e Cultura, “pois julgava ser pouco recomendável subordinar a criação do Arquivo Público à Secretaria de Administração”.



De posse desse Parecer, o processo é encaminhado em 30 de agosto de 1977 à Secretaria de Educação e Cultura para o exame e providência cabíveis.

Em 8 de setembro de 1977, o então Secretário de Educação e Cultura, WLADIMIR MURTINHO, enviou a proposição ao Departamento de Cultura daquela Secretaria para as providências necessárias.



Wladimir Murtinho



“Me interessei pela questão e dei prosseguimento a um estudo iniciado na Secretaria de Educação e Cultura, na gestão do Embaixador Wladimir Murtinho”.

Walter Mello
1º Superintendente
do Arquivo Público do DF

No Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, o processo foi encaminhado em 14 de setembro de 1977 à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, que fora criada em 1975 por meio do Decreto nº 2.893 do governo do Distrito Federal e era dirigida por WALTER ALBUQUERQUE MELLO.

A partir desse momento e sob sua direção, que mais tarde se tornaria o primeiro Superintendente, a criação do Arquivo Público do Distrito Federal foi estudada sistematicamente.

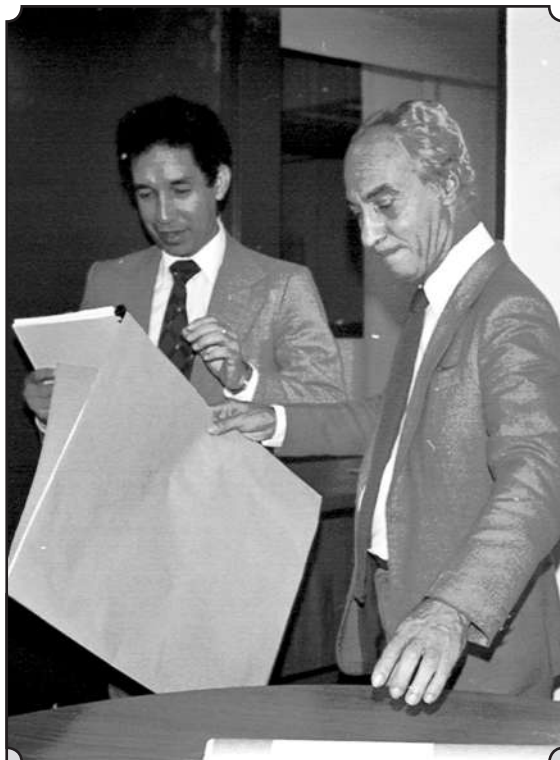
O estudo, apresentado por ele em 13 de julho de 1978, contemplava os seguintes pontos: ideias para a instituição arquivística a ser criada; vinculação operacional; aspectos relacionados à construção e instalações; competências, estruturação, organograma e a proposta de criação de um Grupo de Trabalho para operacionalizar o projeto preliminar. O documento também sugeria que a instituição arquivística fosse subordinada à Secretaria de Educação e Cultura, “pois o regimento desta secretaria englobava competências implícitas ao Arquivo Público”.



Walter Mello - Diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico

A partir de 1978, com a entrega do projeto preliminar elaborado pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal e da criação do Grupo de Trabalho sugerido nesse mesmo projeto, promoveu-se uma profunda investigação e inventariamento da imensa massa documental produzida e acumulada pelo Governo do Distrito Federal.

Em função desta análise, foram promulgados Decretos que, mesmo antes da criação do Arquivo Público do Distrito Federal, consolidaram uma política de arquivos e propiciaram as condições definitivas para a criação de um Arquivo Público.



“Dessa luta, desse tempo de 1978 a 1985, a dificuldade que a gente encontrava era grande. Por exemplo, quando eu procurava o pessoal da Secretaria de Administração, eles comentavam: ‘Lá vem aquele chato querendo criar o Arquivo’.”

*Walter Mello
1º Superintendente
do Arquivo Público do DF*

FUNDO NOVACAP - RECEBE PROTEÇÃO ESPECIAL



Governador José Ornellas

Sob a liderança de WALTER MELLO, antes mesmo da criação do Arquivo Público para o Distrito Federal e de uma sede para a guarda de documentos, é iniciada a proteção legal da documentação histórica de Brasília.

Em 27 de abril de 1983, por meio do Decreto nº 7.492 do Governador JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO, é garantida proteção especial ao conjunto documental produzido pela NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital.



DECRETO Nº 7.492, DE 27 DE ABRIL DE 1983

Considera sob a proteção do Governo do Distrito Federal, a título de Preservação do Patrimônio, o acervo documental histórico da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 180, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil e no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

DECRETA:

Art. 1º — Fica considerado sob a proteção do Governo do Distrito Federal, a título de Preservação do Patrimônio, o acervo documental histórico da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

Parágrafo único — O acervo documental histórico se constitui da documentação escrita, cartográfica, iconográfica e audiovisual produzida até 1960 pela referida Companhia.

Art. 2º — Qualquer ato que importe na destruição, mutilação ou alteração dos documentos referidos no artigo anterior, será considerado crime contra o patrimônio do Distrito Federal, e como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais, sem prejuízo das reparações civis.

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1983
95º da República e 24º de Brasília

JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO

CÉSAR RÔMULO SILVEIRA NETO

EURIDES BRITÓ DA SILVA

JOSÉ CARLOS MELLO



“Eu estava de olho nessa documentação. Estava de olho e inclusive visitava periodicamente a NOVACAP. Cheguei, mesmo, a propor a eles deslocar essa documentação para um local mais adequado e seguro, e eles conseguiram um espaço mais seguro. Enquanto desenrolava o Grupo de Trabalho envolvido com a criação do Arquivo Público, grupo que eu era coordenador, eu já estava pastoreando essa documentação. Pensa bem, assim com o Arquivo instalado, o bote seria essa documentação. Nós ficamos de olho se eles estavam cuidando bem da documentação.”

Walter Mello - 1º Superintendente do Arquivo Público do DF



GRUPO DE TRABALHO PARA CRIAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Aproveitando o apoio do Governador JOSÉ ORNELLAS e o impulso dado na conquista de uma legislação para a proteção legal da documentação da NOVACAP, WALTER MELLO sugere a criação de um grupo de trabalho.

Assim, no mesmo dia e na mesma publicação do Diário Oficial do Distrito Federal em que o acervo da NOVACAP conquistou uma “proteção especial”, é também publicado o Decreto nº 7.493 que “CRIA O GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLANTAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL” sob a coordenação de RAUL FEDERICO JOSÉ SPINZI MOLINAS, diretor do Departamento de Cultura, e de WALTER ALBUQUERQUE MELLO, diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, órgão que estava promovendo a criação do Arquivo Público do Distrito Federal.

“Art. 2º - O Grupo de Trabalho terá por objetivo, estudar, sugerir, propor e adotar medidas para a implantação do ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL.

§ 1º — Os trabalhos do Grupo de Trabalho deverão se desenvolver com vistas a dotar o Distrito Federal, de instalações adequadas e legislação específica que assegure o controle e racionalização da produção documental, bem como a conservação do seu patrimônio histórico.

§ 2º — O Grupo de Trabalho deverá se articular com o Arquivo Nacional, órgão central do Sistema Nacional de Arquivo (SINAR), nos termos do Decreto nº 82.308 de 25 de setembro de 1978, e com a Associação dos Arquivistas Brasileiros — Núcleo Regional de Brasília, para efeito de assessoramento direto.”

O Grupo de Trabalho estudou a legislação federal sobre o assunto, bem como as funções e responsabilidades dos diversos órgãos quanto aos acervos acumulados pela administração pública do Governo do Distrito Federal.

O resultado do Grupo de Trabalho foi encaminhado à então Secretária de Educação e Cultura, EURIDES BRITO, que lhe deu todo o apoio necessário.



Eurides Brito

“Verifiquei que Brasília era um dos poucos entes da federação que não tinha Arquivo. Por outro lado, havia várias recomendações de encontros de governadores que comentavam permanentemente a criação do Arquivo. Então eu tinha um embasamento, digamos, não só legal, mas de recomendação no sentido de que Brasília criasse o Arquivo. Aí, fui estudar desde a Grécia, essa questão da importância do Arquivo. E me aprofundi de tal maneira que disse: ‘Vamos criar um Grupo de Trabalho. Pensei que era o órgão adequado pra se dar a partida para a criação do Arquivo Público.’”

Walter Mello - 1º Superintendente do Arquivo Público do DF

APOIO DO ARQUIVO NACIONAL

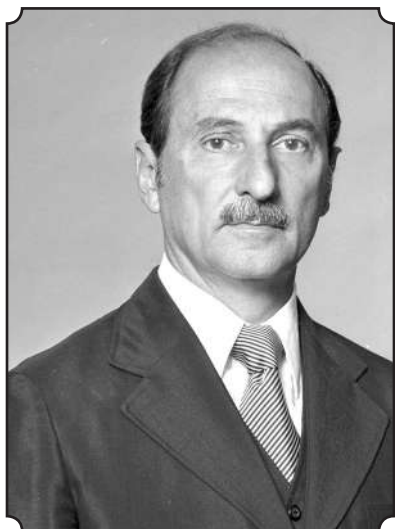
Em julho de 1983, terminadas as atividades do Grupo de Trabalho, cuja proposta trazia a apresentação de toda a estrutura necessária para a criação e funcionamento do Arquivo Público do Distrito Federal, por sugestão de WALTER MELLO, a Secretária de Educação e Cultura enviou para a Diretora Geral do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, CELINA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO, o documento final do Grupo de Trabalho, a fim de que o texto passasse por uma revisão. O aval do Arquivo Nacional era fundamental nesse processo e uma estratégia para se evitar qualquer objeção de cunho técnico. Providencialmente, o apoio foi favorecido porque naquele período o Arquivo Nacional estava implementando o Sistema Nacional de Arquivos.



“Celina Vargas nos dava apoio mandando técnicos para cá. Um que nos deu apoio fundamental foi José Maria Jardim. Ele era a parte conceitual, em termos da nova Arquivologia. O projeto que nós fizemos na criação do Arquivo Público do Distrito Federal foi fundamentado nessa orientação do Arquivo Nacional, com a visão de Celina Vargas e do Zé Maria.”

Walter Mello - 1º Superintendente do Arquivo Público do DF

CRIAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL



Governador José Ornellas

Concomitantemente a esses estudos, proposições e apoio técnico do Arquivo Nacional para a criação do Arquivo Público do Distrito Federal, Walter Albuquerque Mello, que fazia todas essas atividades como Diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, levava à esfera política as conclusões desenvolvidas, buscando apoio para a criação do Arquivo Público do Distrito Federal.

O passo definitivo foi dado com a assinatura, pelo Governador José Ornellas, do Decreto nº 8.530 que criou o Arquivo Público do Distrito Federal e do Decreto nº 8.531 que aprovou o Regimento, ambos de 14 de março de 1985.

“Eu já era apaixonado por Brasília. Com a criação do Arquivo Público eu participei dessa mudança de cultura de preservar, arrumar, organizar e pesquisar a cidade. Não apenas guardar, mas devolver para a população sua história. Deixar disponível para pesquisas, para quem quiser conhecer mais.”

*Walter Mello
1º Superintendente
do Arquivo Público do DF*



José Ornellas e Walter Mello

1ª Instalação

Após a criação legal do Arquivo Público do Distrito Federal, iniciou-se outra batalha: a luta por um lugar para instalar a instituição arquivística.



Para responder pelo Arquivo Público do Distrito Federal, a Secretária de Educação e Cultura, Eurides Brito da Silva, designou Walter Mello, então Diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, para assumir também a Superintendência do novo órgão.

Assim, logo após a criação formal, o Arquivo Público do Distrito Federal foi instalado provisoriamente numa pequena sala do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 7º Andar, do Anexo do Palácio do Buriti. Não havia nenhum acervo.

O espaço era utilizado apenas para os despachos com diversos órgãos na busca por um lugar para a nova instituição arquivística e para os convites para a montagem de primeira equipe, conforme o organograma aprovado no Regimento de criação em 14 de março de 1985.

2ª Instalação



Poucos meses depois, sob a liderança de Walter Mello, os servidores pioneiros do órgão recém-criado conseguiram uma outra sala no Teatro Nacional de Brasília.

Não havia nenhum acervo. A missão do grupo era conseguir um espaço onde, além de despachar, o Arquivo Público do Distrito Federal pudesse começar a realizar sua missão: o recolhimento de acervos.

“Como Diretor da Divisão do Patrimônio Histórico, eu apenas recebi um Decreto de criação do Arquivo Público. Tinha que passar da palavra à ação. O lugar mais próximo que nós conseguimos foi a sala de ensaio da Orquestra do Teatro Nacional. Ali, como eu já tinha uma pequena equipe formada, foi que nós fizemos várias tratativas para conseguir o primeiro espaço para o Arquivo, na NOVACAP. Mas, para ir para lá, nós tivemos que fazer os preparativos!”

Walter Mello - 1º Superintendente do Arquivo Público do DF

3ª Instalação

PRIMEIRA SEDE

O primeiro espaço para o Arquivo Público do Distrito Federal, no qual a instituição arquivística tinha condições de receber acervos, foi dentro do terreno-sede da NOVA-

CAP no Setor de Áreas Públicas – Lote B, cuja entrada acolhe com o belíssimo portal azul, com dois arcos ligados entre si, pousando levemente no chão, ao estilo Oscar Niemeyer. O novo espaço para o Arquivo Público do Distrito Federal foi conseguido com o apoio de Carlos Magalhães da Silveira que, no período, era Secretário de Viação e Obras na gestão do Governador José Aparecido de Oliveira.



Evento de instalação - (esquerda para direita): Walter Mello, Wladimir Murtinho, Celina Vargas, Governador José Aparecido e Ernesto Silva.

Dois anos e meio após a data de criação, quando Brasília já completava vinte e sete anos de sua inauguração, o Arquivo Público do Distrito Federal era finalmente instalado em sua primeira sede e recebia o primeiro conjunto de documentos: FUNDO NOVACAP. Pela primeira vez, a memória documental do Distrito Federal tinha uma morada unicamente dedicada à sua proteção, estudo e divulgação.



Servidores na primeira sede - Walter Mello - primeiro à direita.

INFORMATIZAÇÃO

Uma das primeiras preocupações, após a instalação da 1ª Sede, foi a informatização. Na década de 1980, no Brasil, as instituições estavam começando a comprar os primeiros computadores para ajudar na administração e nas atividades fins do Arquivo Público do Distrito Federal. Sem orçamento para investimento nessa área, os primeiros computadores chegaram por meio de uma colaboração gratuita da Fujioka de Brasília.



“Uma das minhas primeiras preocupações ao montar a primeira sede do Arquivo Público foi a Informatização. [...] Nós conseguimos informatizar antes do Arquivo Nacional. Tem um amigo meu, o Kléber Farias Pinto, que havia feito muitos favores para um japonês da Fujioka. Então, o japonês perguntou para o meu amigo o que ele queria como retribuição. O Kléber disse então que queria que o japonês informatizasse o Arquivo Público. Não pediu nada para si mesmo. Aí, veio uma equipe e implantou os computadores. O Arquivo foi pioneiro em informatização.”

Walter Mello - 1º Superintendente do Arquivo Público do DF

ACERVOS RECOLHIDOS NO PERÍODO DA 1ª SEDE

- **Arquivo Público do Distrito Federal**
- **Administração Regional de Taguatinga**
- **Companhia do Metropolitano do Distrito Federal**
- **Diários da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil**
- **Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**
- **Fundação Cultural do Distrito Federal**
- **Secretaria de Comunicação Social**
- **Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal**
- **Secretaria de Desenvolvimento Urbano**
- **Secretaria de Viação e obras**
- **Antônio Antunes Praxedes**
- **Yvonne Jean**
- **Zelinda Dalba Mattana**
- **Brasília Palace Hotel**



Servidores em frente da primeira sede

4ª Instalação - SEGUNDA SEDE



A criação do Arquivo Público e a instalação de sua primeira sede logo revelaram que havia uma demanda reprimida em relação ao recolhimento da documentação histórica. A primeira sede não tinha espaço suficiente.

Além disso, o quadro de pessoal que começava a se estruturar exigia novos ambientes para as atividades técnicas. Assim, a necessidade de mais espaço para receber acervos documentais e para as atividades voltadas ao tratamento arquivístico tornavam urgente a procura por uma sede maior. Casualmente, em 1997, ao lado da primeira sede, havia um outro prédio maior que seria desativado. Novamente o primeiro Superintendente, Walter Mello entra em tratativas com o Governo do Distrito Federal e com a NOVACAP. Os próprios servidores que se responsabilizaram pela pintura interna do novo ambiente. No dia 5 de junho de 1997, o Arquivo Público do Distrito Federal foi transferido para sua segunda sede.

“A preocupação do Arquivo era no sentido de como preservar essa documentação, como analisar, como avaliar... Porque não adianta você guardar apenas. Você tem que colocar à disposição da comunidade a fim de tornar socialmente útil essa documentação. Era essa nossa primeira preocupação.”

Walter Mello - 1º Superintendente do Arquivo Público do DF



“Nós estávamos com o outro prédio, ali ao lado. Eu chegava e via todo dia esse segundo prédio e comecei a me interessar. Mas era ocupado! Eu me relacionava muito bem com o pessoal da NOVACAP. Daí, aconteceu que eles vieram me falar que o prédio seria desativado! Então eu fui ao Governador e disse que era um prédio que tinha uma área bem maior e mais apropriado. Fizemos os entendimentos e como eu tinha um bom relacionamento com o Cristovam Buarque, conseguimos esse novo prédio. Aí, mais uma vez, a Celina Vargas, do Arquivo Nacional, nos deu o engenheiro, e a NOVACAP nos deu o arquiteto que nos ajudaram na parte da adaptação.”

Walter Mello - 1º Superintendente do Arquivo Público do DF

Walter Mello - 1º Superintendente do Arquivo Público do DF



Governador Cristovam Buarque por ocasião da inauguração da 2ª Sede.
Superintendente Walter Mello, primeiro à esquerda.

FUNDO NOVACAP - “MEMÓRIA DO MUNDO DA UNESCO”

Desde 1998, o Arquivo Público do Distrito Federal vinha trabalhando para que o FUNDO NOVACAP fizesse parte do REGISTRO DE MEMÓRIA DO MUNDO, um programa de salvaguarda e de valorização de documentos históricos, coordenado pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.



Arquivista Euler Frank com Walter Mello

A preocupação não era apenas de divulgação. Na verdade, o conjunto documental que consegue o Registro de Memória do Mundo alerta os poderes públicos e privados da necessidade de proteção especial para essa documentação e facilita a arrecadação de fundos de tal forma a associar patrocinadores a projetos oportunos e apropriados de organização e preservação documental. A primeira iniciativa, ainda na década de 1990, não logrou sucesso.

Contudo, todo o material preparado naquela primeira tentativa foi reaproveitado por iniciativa do servidor e arquivista Euler Frank Lacerda Barros, então Diretor de Arquivo Permanente.

Após atualizar os documentos da primeira iniciativa, elaborar outros e traduzi-los para o inglês, em julho de 2007 candidatou novamente o Fundo NOVACAP no Edital do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

Esta segunda tentativa foi coroada de sucesso.

Em 11 de setembro de 2007, o Fundo NOVACAP, sob a custódia do Arquivo Público do Distrito Federal, foi reconhecido no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO e formalizado pela Portaria nº 60, de 31 de outubro de 2007, do Ministério da Cultura. Finalmente, em novembro de 2007, foi aprovada a inscrição do Fundo NOVACAP no Registro Regional para a América Latina e Caribe da UNESCO do Programa Memória do Mundo.



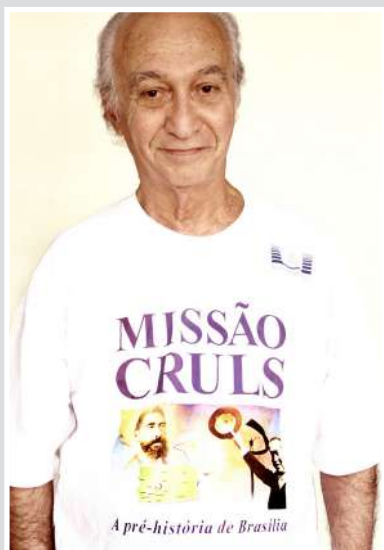
(Esquerda-Direita): Silvia Viola de Castro, Luis Mendonça (Superintendente do ArPDF), Elias Manoel da Silva, Euler Frank e Walter Mello, por ocasião da visita ao Presidente da NOVACAP, a fim de apresentar o “Certificado” de registro do Fundo NOVACAP como “Memória do Mundo” da UNESCO.

O RESGATE DA COMISSÃO CRULS

Além dos trabalhos de divulgação promovidos pelo professor e cineasta Pedro Jorge de Castro, por meio do projeto “MISSÃO CRULS – UMA TRAJETÓRIA PARA O FUTURO”, que refez o trajeto da Comissão Cruls de 1892, o Arquivo Público do Distrito Federal foi também um importante protagonista, como órgão de governo, na redescoberta dos trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (1892) e da Comissão de Estudos da Nova Capital da União (1894-1895) para a compreensão dos primórdios da história da transferência da capital para o Planalto Central do Brasil. Até aquela época, pouco se falava sobre as duas pioneiras Comissões, criadas no início da República Brasileira para fazerem estudos que viabilizassem a transferência da capital para o Planalto Central do Brasil, conforme indicava a primeira Constituição republicana de 1891.



“Se o Arquivo Público do Distrito Federal não tivesse tomado a iniciativa, teria passado em branco. Na minha condição de Superintendente, organizei o Centenário da Comissão Cruls. Primeiro, criei uma comissão para organizar a programação. O Dr. Ernesto Silva, inclusive, participou na qualidade de presidente. Aí criamos a medalha comemorativa. A medalha foi feita na Casa da Moeda no Rio de Janeiro e foi financiada pelo BRB – Banco Regional de Brasília. Fizemos também uma grande exposição, conferências, uma série de palestras, e ainda foi feito um concerto com música de época de Luiz Cruls e da época da Comissão Cruls. Durou mais de uma semana.”



Walter Mello - 1º Superintendente do Arquivo Público do DF



ACERVOS RECOLHIDOS NO PERÍODO DA 2ª SEDE

- ***Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado***
- ***Secretaria de Cultura do Distrito Federal***
- ***Gabinete do Governador***
- ***Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente***
- ***Secretaria de Educação do Distrito Federal***
- ***Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo***
- ***Sociedade de Abastecimento de Brasília***
- ***Juca Chaves***
- ***Lucídio Guimarães Albuquerque***
- ***Stênio de Araujo Bastos***
- ***Armado Sampaio Lacerda***
- ***Armando José Bucchmann***
- ***Atahualpa Schmitz da Silva Prego***
- ***Ecilda Ramos***
- ***Jethro Bello Torres***
- ***Lea Sayão Carvalho Araújo***
- ***Manoel Barreto de Brito***
- ***Maria Beatriz Leonardo do Carmo***



5ª Instalação - TERCEIRA SEDE



Enquanto não se constrói uma sede definitiva, houve sempre a preocupação pela busca de um espaço maior para o recolhimento de novos acervos documentais e para os trabalhos técnicos que envolvem a proteção e divulgação de documentos históricos. Em 2014, o Superinten-

dente GUSTAVO CHAUVET foi o responsável pelas tratativas e mudanças para a atual sede do Arquivo Público do Distrito Federal. No dia 20 de outubro de 2014, foi feita a cerimônia que oficializou a transferência.

Texto da placa da instalação da terceira sede:

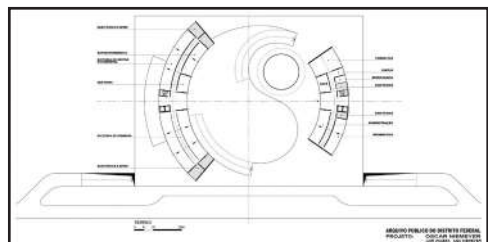
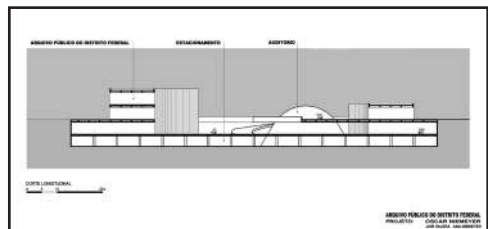
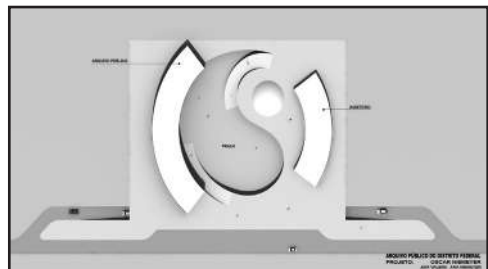
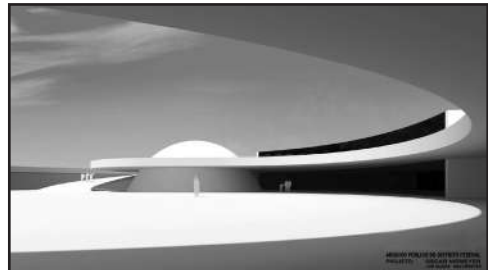
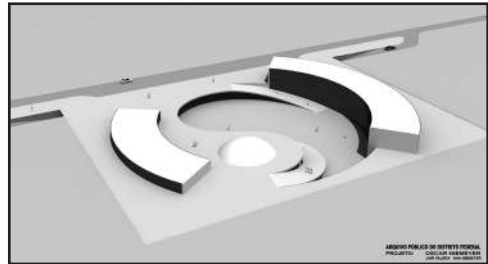
ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL.
Trinta anos a serviço da população, preservando
a memória documental do Distrito Federal.
Entrega da sede definitiva do ArPDF.
Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.
Secretário-chefe da Casa Civil do Distrito
Federal, Swedenberger Barbosa.
Superintendente do Arquivo Público do
Distrito Federal, Marta Célia Bezerra Vale.

Brasília-DF, 20 de outubro de 2014.

UMA SEDE DEFINITIVA PROJETADA POR OSCAR NIEMEYER

Um sonho permaneceu constante na história do Arquivo Público do Distrito Federal: uma sede definitiva no Eixo Monumental. Em 2009, o Superintendente do Arquivo Público do Distrito Federal, Luiz Ribeiro de Mendonça, com apoio do então Secretário de Cultura, Silvestre Gorgulho, conseguiu que o mais famoso arquiteto brasileiro projetasse uma nova sede a ser construída em terreno previsto próximo ao Centro de Convenções Ulisses Guimarães. Problemas políticos daquele período impediram que o projeto fosse adiante e o terreno destinado foi mudado para outro objetivo.

Contudo, a partir de 2023, o Superintendente Adalberto Scigliano, no contexto da celebração dos 40 anos da instituição arquivística, revisitou o projeto de Oscar Niemeyer e conseguiu que o Governo do Distrito Federal destinasse um novo terreno para a construção da sede definitiva do Arquivo Público do Distrito Federal, no Eixo Monumental



ACERVOS RECOLHIDOS NO PERÍODO DA 3ª SEDE

- **CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal**
- **Fundação Educacional do Distrito Federal**
- **Gabinete do Governador - Dossiê Bardenaço**
- **Procuradoria-Geral do Distrito Federal**
- **Secretaria de Gestão do Território e Habitação**
- **Secretaria de Saúde do Distrito Federal**
- **Asta-Rose Jordan Alcaide**
- **Carlos Chagas**
- **Ernesto Silva**
- **Gladson da Rocha**
- **Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal**
- **Luiz José Borges Neto**
- **Paulo de Tarso Santos**
- **Sônia Naves Davi Amorim**
- **Teatro Goldoni**
- **Administração Regional do Plano Piloto - RA-I**
- **História Oral - História do Karatê em Brasília**
- **Wagner Rossi**
- **Vera Lucia de Castro Chaves Pinheiro**
- **Gilberto Amaral**
- **Wanderval Calaça**
- **Martha Prata Garcia - Primeira Miss Brasília**
- **CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal**
- **Casa Civil – Atos oficiais**
- **Athos Bulcão**
- **Lucio Costa**
- **Associação dos Pioneiros Candangos**



O ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E A POLÍTICA DE ARQUIVOS

Em 1988, três anos após a criação do Arquivo Público do Distrito Federal, foi dado um passo em sentido amplo para a implantação de uma política arquivística.

Por meio do Decreto nº 11.133, de 13 de junho, foram criados o Sistema de Arquivos do Distrito Federal (SiArDF) e o Conselho de Arquivos do Distrito Federal.

Nesse cenário, o ArPDF assumiu as funções de órgão de apoio técnico do Sistema.

No ano 2000, a Lei nº 2.545, de 28 de abril, alterou a posição do ArPDF no Sistema de Arquivos, elevando-o à função de órgão central. Esse arcabouço legal arquivístico fundamenta as ações do ArPDF em prol da gestão de documentos dos órgãos e entidades governamentais.



LEI Nº 2.545, DE 28 DE ABRIL DE 2000

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Incumbe ao Poder Público do Distrito Federal a gestão e a proteção dos documentos de arquivos públicos, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação.

[...]

Art. 7º São instituições arquivísticas públicas para fins desta Lei:

I - do Poder Executivo, o Arquivo Público do Distrito Federal, órgão central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal - SIARDF;

GALERIA DOS SUPERINTENDENTES







ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

SGO - Setor de Garagens Oficiais

Quadra 5 - Lote 23

70610-650 - Brasília - DF

Fone (61) 3361.7739 - 3361.1454

www.arquivopublico.df.gov.br

**Arquivo Público
do Distrito Federal**

**Casa Civil
do Distrito Federal**

